

# Translatio

Revista do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva  
número 1 -novembro de 1998

# Translatio

Revista do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva  
Número 1 - Novembro de 1998

## Conselho Editorial

Edwin Gentzler  
Else Vieira  
Haroldo de Campos  
Heloísa Gonçalves Barbosa  
Ignácio Neiss  
John Milton  
Lúcia Rebello  
Lya Luft  
Maria da Graça Krieger  
Rosemary Arrojo  
Tânia Franco Carvalhal

Translatio/Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva. IL/UFRGS. Vol. 1, (nov. 1998)-  
Porto Alegre: NET, 1998 -

---v.

Anual

1. Estudos de Tradução. 2. Literatura Comparada. 3. Estudos Culturais.

CDD 418.02

# Tradução e ..... Interdisciplinariedade

as bases mutáveis para o estudo da tradução .....

Theo Hermans  
*Neusa da Silva Matte\**

I.

Nas próximas páginas tentarei fazer um breve esquema de algumas abordagens da tradução e dos estudos da tradução realizados nas três últimas décadas, dedicando especial atenção às mudanças de ênfase ocorridas. Enfocarei a abordagem empírica e alguns dos aspectos metodológicos que podem ser relevantes para os estudos de tradução em geral, e para o estudo da tradução como parte da literatura comparada e da história cultural em particular.

No entanto, permitam-me começar com algumas condições prévias. Em primeiro lugar, qualquer pessoa que desenvolva pesquisas sobre um campo de estudo no qual atua ativamente só poderá fazê-lo a partir do seu ponto de vista particular, como um jogador posicionado dentro do campo. A visão apresentada aqui é, portanto, parcial, em mais de um sentido: é incompleta e é preconceituosa. Já que não posso negar já ter escrito sobre tradução em outras ocasiões, e não me desculpo pelo fato de ter opiniões e preferências em relação ao escopo, objetivos e métodos da disciplina, a imagem que construo reflete esta postura. Certamente todos sabemos que há uma certa tendência em cada afirmação e que nenhuma expressão é neutra, mas não é demais lembrá-lo.

Em segundo lugar, nos últimos anos foram publicados vários levantamentos de teorias modernas e contemporâneas da tradução e do campo dos estudos de tradução.

---

\* Neusa da Silva Matte é coordenadora do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva.

*Contemporary Translation Theories* (1993) de Edwin Gentzler é talvez o estudo mais extenso e acessível de todos (mas vejam também, por exemplo, Lambert 1991, Rabadán 1992, Stolze 1994). Todavia, não há até o momento nenhum estudo geral, nem geralmente aceito, dos principais desenvolvimentos e escolas de pensamento atuais. Há boas razões para esta falta de consenso e para a ausência de estudos confiáveis, algumas das quais serão abordadas no decorrer da minha exposição. Mas isso também reforça o fato de que meu esquema é provisório e extremamente seletivo. Não faz justiça ao campo variado e em expansão dos Estudos de Tradução.

## II.

Um ponto de partida útil para um estudo do crescimento e do estado atual dos Estudos de Tradução como disciplina pode ser encontrado no fato óbvio que o século vinte tem testemunhado um aumento espetacular no volume de traduções em todo o mundo e particularmente no mundo industrializado. Não precisamos analisar em profundidade os fatores econômicos, sociais e tecnológicos que conspiraram para causar este desenvolvimento. Basta escolher um aspecto importante do mesmo, a profissionalização da tradução como ela se manifesta, por exemplo, na especialização crescente de tradutores, nos investimentos contínuos e massivos na máquina da traduzir, no surgimento das agências de tradução, e no crescimento das associações nacionais e internacionais de tradutores. A "Fédération Internationale des Traducteurs" (FIT), uma federação de associações de tradutores nacionais, foi fundada em 1953.

A procura por traduções, além da crescente profissionalização da tradução, explica o surgimento de institutos para o treinamento de tradutores. Tanto quanto posso observar, é no contexto destes institutos que professores e pesquisadores começaram a dar atenção sistemática à tradução como objeto de estudo. Em outras palavras, a disciplina Estudos de Tradução - se é que podemos considerá-la como tal -, é algo muito novo. Nos anos 60 Eugene Nida ainda falava dela como uma possibilidade distante, senão como uma esperança. Em 1972, James Holmes foi o primeiro a escrever vários tipos de ensaios, fazendo um levantamento das diversas partes e ramificações da área no seu todo, distinguindo vários tipos de pesquisas teóricas e descritivas que seriam "de luz" assim como um ramo aplicado, que seria "de uso". Significativamente, o ensaio começa com um longo parágrafo sobre a escolha de um nome apropriado para a criança - em

diferentes línguas (translatologia? tradutologia? *Überetzungswissenschaft?*, *Translationswissenschaft?*, etc.etc.; Holmes 1998:67-80).

Os Estudos de Tradução receberam um certo grau de reconhecimento mas ainda muito limitado, na comunidade acadêmica. Também foi estabelecida uma certa infra-estrutura material na forma de cursos especializados, boletins, revistas, um circuito de congressos, associações acadêmicas e semelhantes, e uma certa infraestrutura intelectual, no sentido em que há uma série de abordagens e linhas de pensamento mais ou menos coerentes, algumas das quais já foram reconhecidas como 'escolas'.

No entanto, a precariedade e a insegurança da disciplina refletem-se no fato de que ela não tem, por exemplo, obras de referência enciclopédicas de larga escala, embora alguns desses trabalhos já estejam sendo elaborados (ver *Überetzung* 1994, o mais abrangente deles). Também não dispõe de estudos históricos abrangentes (Keliy 1979 é muito assistemático, Renner 1989 é muito unilateral, Van Hoof 1991 pouco confiável, muito superficial e muito desinteressante). Aparecem também nas perspectivas amplamente divergentes nestas questões básicas como a da abrangência, objetivos e métodos da disciplina, como pretendo esclarecer a seguir. Se não fosse tão irônico, poderíamos dizer que os Estudos de Tradução sofrem de uma confusão de línguas babilônica, ou babilônica: diferentes acepções e teorias, todas usando terminologias justapostas, todas pressionando em direções diferentes.

As razões disso nos reportam diretamente ao início da atenção sistemática dada à tradução, em instituições de treinamento de tradutores profissionais. Os professores dessas instituições trabalhavam com um objetivo particular em mente, já que seu trabalho era o de produzir bons tradutores profissionais. A maioria desses pesquisadores em tradução também eram lingüistas. Os estudos literários na época tinham pouco a oferecer. A literatura comparada estudava textos nas línguas originais e tendiam a menosprezar as traduções como produtos derivados, de segunda categoria, que raramente mereciam atenção mais séria. A propósito, seria um erro pensar que esta atitude tenha deixado de existir.

Nas décadas mais recentes, no entanto, o estudo da tradução literária nos contextos de Literatura Comparada finalmente veio a estabelecer-se com suas próprias metas e objetivos. Além disso, muitas outras pessoas com formação em outras áreas de estudo passaram a se interessar pela tradução. Teóricos da literatura e historiadores além de antropólogos, teóricos da informação, semióticos, e filósofos - de Donald Davidson a Derrida. E é aqui onde devemos localizar o crescimento rumo à interdisciplinaridade nos estudos de tradução: o estudo da tradução já não é visto como uma matéria exclusiva da lingüística ou do treinamento do tradutor. Tornou-se uma questão de relação entre o pensamento e a linguagem, de toda uma “compreensão”, toda uma “interpretação”, sendo que toda comunicação possui um elemento de tradução em si mesma. Tornou-se também uma questão de comunicação entre culturas e, desta forma, de estudos literários comparativos e de estudos culturais.

3.

Se tentar resumir o ponto de vista mais tradicional que prevaleceu - e que, de certa forma, ainda prevalece - entre os lingüistas que trabalham em institutos de treinamento de tradutores, eu diria que eles vêem a tradução quase que exclusivamente em termos lingüísticos, e o estudo da tradução como uma disciplina ancilar que serve a um propósito puramente prático: a produção de traduções melhores e de melhores tradutores. Os Estudos de Tradução eram um sub-divisão da lingüística comparativa e/ou aplicada.

Uma das primeiras publicações deste tipo, *Uma Teoria Lingüística da Tradução*, de J.C. Catford, de 1965 começa seu capítulo sobre ‘Definição e Tipos Gerais’ com a afirmação categórica de que ‘A teoria da tradução está relacionada com um certo tipo de relação entre as línguas e é, conseqüentemente, um ramo da Lingüística Comparada. A tradução foi, subsequentemente descrita como uma operação lingüística que consistia na substituição de elementos gramaticais e lexicais da língua-fonte por elementos gramaticais e lexicais da língua-alvo, juntamente com a troca simultânea de elementos fonológicos e grafológicos da língua-fonte por elementos fonológicos e grafológicos da língua-alvo (Catford 1965: 20-24)

Embora Eugene Nida, o tradutor da Bíblia Americana desde o princípio tenha se interessado especialmente pelas diferenças culturais e lingüísticas, e tenha derivado sua distinção entre equivalência formal e dinâmica - altamente influente - desta percepção, ele também considerou o estudo da tradução como pertencente ao domínio da lingüística. Em um comunicado na Linguistic Society of America, em dezembro de 1968, ele resumiu o seu ponto de vista:

O verdadeiro processo da tradução pode ser descrito como um complexo uso da linguagem. Mas o estudo científico da tradução pode e deve ser considerado como um ramo da lingüística comparada, com uma dimensão dinâmica e o foco sobre a semântica. (Nida 1969: 96)

O *status* ancilar do estudo da tradução como feito-à-mão para a prática da tradução ficou evidente, por exemplo, na observação de Jean-Paul Vinay, em um levantamento de 1975 sobre as teorias da tradução recentes, onde afirmava que “a principal razão de ser de uma [teoria da tradução] adequada é a de facilitar o ato de tradução” (Vinay 1975). Esta visão teve eco alguns anos após no ensaio de Peter Newmark ‘*What Translation Theory is About*’, publicado pela primeira vez em 1980 e reeditado em 1988 em *Approaches to Translation*:

A principal preocupação da teoria da tradução é a de determinar os métodos apropriados de tradução para o maior número possível de textos ou categorias de textos. Além disso, ela proporciona uma estrutura de princípios, regras restritas e orientações para traduzir textos e para criticar traduções, uma base para a solução dos problemas. (...) Por último, a teoria da tradução tenta dar algum *insight* sobre a relação existente entre o pensamento, o significado e a língua; os aspectos universais, culturais e individuais da linguagem e do comportamento, a compreensão das culturas; a interpretação dos textos que pode ser esclarecida e até mesmo suplementada através da tradução. Portanto, a teoria da tradução cobre um ampla gama de objetivos, tenta sempre ser útil, ajudar o tradutor individualmente tanto estimulando-o a escrever melhor quanto sugerindo pontos de concordância nos problemas tradutórios comuns. (Newmark 1988: 19).

Já que o elo direto com a prática da tradução é a principal razão de ser desta abordagem, só esperamos que o estudo da tradução neste contexto institucional seja, ao mesmo

tempo, prospectivo e prescritivo. Prospectivo no sentido em que procura esboçar orientações para futuras traduções e para encontrar soluções para os problemas de tradução que possam surgir na prática; e prescritivo no sentido de ser normativo, tentando influenciar diretamente a prática da tradução naquilo que pode ser considerado como algo positivo.

Um conceito importante desta abordagem é o da equivalência, que aparece tanto como o objetivo da tradução como a sua condição. Considera-se que uma tradução procura alcançar o mais alto grau de equivalência com o texto-fonte, ou o grau mais alto possível de tipo de equivalência adequada; ao mesmo tempo só reconheceremos como uma tradução aquele texto-alvo que exibir o tipo e grau de equivalência requerida. Uma “boa” tradução é aquela que mostra um grau e tipo suficientes de equivalência. Desta forma, a equivalência tanto define quanto delimita a tradução. Mais adiante, abordarei novamente esta questão.

4

As modificações que este tipo de visão tradicional da tradução tem sofrido desde o final da década de 70 e do início da década de 80 ocorreram graças ao desenvolvimento da lingüística, em parte, e graças à crescente conscientização do caráter complexo da tradução por parte dos professores de tradução. Serei breve na referência a estas mudanças não somente porque não sou um lingüista mas também porque pretendo dar mais espaço para as abordagens mais radicais da tradução desenvolvidas fora do domínio da lingüística e do treinamento do tradutor.

Entre as mudanças de foco na lingüística que tiveram um impacto direto sobre o estudo da tradução estão a lingüística textual ou a análise do discurso, e a pragmática. A primeira levou à noção de que a tradução não é tanto uma questão da combinações dos sistemas abstratos de linguagem ou frases isoladas que ocorrem no vácuo, mas de textos - e diferentes culturas têm diferentes modos de organizar e de estruturar os textos: elas têm diferentes ‘competências textuais’ e convenções e portanto, diferentes expectativas em relação à boa formação dos textos. Albrecht Neubert, enfatizou a necessidade de ir além

20

da frase e de considerar os modelos macro-estruturais em textos e o que ele chama de uma forma mais geral de 'matriz comunicativa' das comunidades lingüísticas (Neubert 1984). Nesse modelo, a tradução não transfere significados, mas valores comunicativos, i.e. aqueles compostos que resultam da ocorrência de significados em um determinado discurso - culturalmente inserido - (Neubert and Shreve 1992). Conseqüentemente, e de forma sensata, Neubert segue Nida, recomendando a busca de 'equivalência funcional'. Mas ele não tem dúvidas em relação ao objetivo prático das suas investigações, que deveriam oferecer mais do que apenas iluminação intelectual:

O que eu vou propor (...) poderia servir de ajuda como *insight* e como ferramenta. *Insight* no sentido em que uma análise da estrutura textual dos esquemas traduzidos ou interpretados do discurso proporciona informação sobre a produção textual e sobre a compreensão em geral. Ferramenta no sentido em que o tratamento do processo de tradução e de seus resultados como estratégia intertextual podem servir para melhorar a própria mediação lingüística e, sobre tudo (e esta é, a propósito, minha tarefa diária), tornar o ensino da tradução e da interpretação mais eficientes. (Neubert 1984).

A segunda nova tendência da lingüística, a pragmática, criada a partir da teoria dos atos da fala, começou a ver a tradução não mais como uma operação estética e puramente lingüística mas como um processo comunicativo que ocorre em um contexto sócio-cultural específico (Hatim & Mason 1990). Aqui também foi reconhecido que a tradução opera sobre enunciações, sobre o uso da linguagem mais do que sobre o sistema da língua; e enunciações são produzidas e trocadas por indivíduos em ambientes particulares e com determinados propósitos.

O resultado foi uma visão mais dinâmica da tradução mas também uma maior conscientização da relevância das diferenças culturais. Entendeu-se, por exemplo, que, enquanto um texto pode ter sido produzido com uma certa função em mente em seu contexto original, a sua tradução não precisa ter, necessariamente, a mesma função na cultura receptora. Um discurso inflamado de Fidel Castro convocando os cubanos a apertarem os cintos frente à agressão imperialista não tem a mesma função quando, traduzido, por exemplo, no *The Guardian*; o texto espanhol é extremamente persuasivo, o inglês será lido por seu valor informativo. A implicação desta linha de pensamento, no entanto, é que o texto-fonte raramente pode continuar a ser o único critério absoluto a

sustentar a tradução. Pelo contrário, a função intencional do texto traduzido em seu novo contexto é o que determina a forma do texto-alvo. Esta função pode ser decidida pelo tradutor, mas pode também ser ditada por quem quer que contrate a tradução - já que em tradução, como em toda a parte, quem dá as ordens é aquele que paga.

Katharina Reiss está entre as primeiras a orientarem a tradução nesta direção e que nos anos 70 introduziu a noção de 'tipos textuais', distinguindo entre textos primordialmente informativos, expressivos e operativos (ou persuasivos). Ela afirma que cada tipo exige um modo apropriado de tradução, e que as mudanças funcionais podem ocorrer na transição de um contexto para outro. É óbvio que esta perspectiva implica numa erosão de qualquer conceito estrito e formal de equivalência.

Um problema com tipos de textos, no entanto, é o fato de que eles raramente se expressam na sua forma pura. A maioria das enunciações são uma mistura de dois ou três dos tipos principais. A 'abordagem integrada' de Mary Snell-Hornby trouxe uma solução eficiente para esta dificuldade sob a forma de 'prototipologia', uma escala móvel de categorias que evitam as divisões rígidas. (Snell-Hornby 1986,1988). A contribuição de Snell-Hornby nos anos 80 foi muito grande, relacionando várias abordagens pragmáticas à tradução, e sugerindo que uma 'reorientação pragmática' ampla (uma 'pragmatische Wende') havia acontecido. Vínculos mais estreitos entre a teoria e a prática da tradução fazem parte deste programa, e espera-se que a relação seja recíproca, já que cada um deve aprender com o outro. Isto, logicamente, significa que se espera que a prática da tradução aconteça a partir da teoria. É exatamente isso que Mary Snell-Hornby pretende: entre os objetivos da teoria da tradução está o fornecimento de 'uma estrutura que, em última análise, leve à produção de traduções melhores' ('Ziel einer Theorie des Übersetzer einen Bezugsrahmen zu geben, der letzten Endes zu besseren Übersetzungen führt', 1986).

O expoente mais radical da re-orientação pragmática é provavelmente Hans Vermeer, que vê a tradução como uma ação social realizada por profissionais e determinada por um objetivo particular (chamado 'skopos'), o qual, via de regra, torna-se explícito no contrato do cliente. A centralidade do 'skopos' e do contrato, ambos normalmente formulados ou, pelo menos, esperados no contexto da cultura-alvo, explicam porque

para Vermeer, um texto-fonte determinado também pode resultar em mais de uma tradução 'boa' ou 'correta'. O conceito de equivalência é depois retirado de uma categoria funcional determinada por fatores culturais-alvo.

Não é difícil de discernir uma linha comum entre essas diversas mudanças de ênfase. A tradução é contextualizada. Já não é mais considerada como uma operação mais ou menos mecânica decodificadora e recodificadora, mas como um ato comunicativo complexo que envolve enunciações e oradores que se adequam aos sistemas culturais e lingüísticos. Os sistemas culturais e lingüísticos envolvidos na transação traducional são, no entanto, sempre assimétricos. A tradução é, portanto, um processo irreversível com uma única direção. Conclui-se daí que as mudanças de forma e de função não são certos efeitos colaterais acidentais e deploráveis, mas fazem parte da própria natureza da tradução. E assim como a decisão de traduzir (mais do que importar ou transferir um texto de outra forma) é geralmente tomada na cultura receptora, assim também as mudanças lingüísticas e pragmáticas na tradução ocorrem normalmente para adequá-la às exigências da cultura receptora. Isso desloca o foco de atenção do texto-fonte em direção à cultura-alvo. Alguns - mais claramente Vermeer - chegaram até mesmo a falar em 'deposição' do texto-fonte. Além do mais, há em tudo isso um evidente convite a repensar o conceito de equivalência.

Ao mesmo tempo, quase todas estas abordagens mencionadas até agora têm permanecido essencialmente prospectivas e prescritivas. Elas interagem com a prática da tradução no sentido em que se propõem a influenciar e a melhorar essa prática, seja sob a forma de crítica e avaliação da tradução seja através do treinamento do tradutor. Isso não nos surpreende, se olharmos para a posição institucional daqueles que produzem as traduções, e que são, em sua maioria, filiados a instituições de treinamento de tradutores. A teoria é concebida para identificar os fatores envolvidos na produção de traduções e no processo real de tradução, para explorar o âmbito dos problemas e das soluções que se apresentam, e para sugerir a melhor solução neste ou naquele contexto específico. A solução ideal deve consistir em produzir o tipo e o nível de equivalência mais apropriado, por mais escorregadia que esta noção tenha se tornado. Conseqüentemente, a teoria também desenvolve métodos para acessar os méritos relativos das soluções individuais, i.e. para a avaliação das traduções.

5.

É contra este pano de fundo que podemos ver a emergência, nos anos 70 e 80, de um tipo de Estudos de Tradução mais robustamente empírico e historicamente orientado., com interesse específico em tradução literária e um modelo teórico também derivado, em grande parte, dos estudos literários comparativos. Entre os líderes desta abordagem encontramos Gideon Toury, José Lambert e André Lefevere. Incluo-me também entre os seus simpatizantes. *In Search of a Theory of Translation* (1980) de Toury foi, com certeza, a primeira afirmação mais programática, indicando uma re-orientação fundamental nos modos de pensar a tradução. Para melhor ou para pior, a coletânea subsequente *The Manipulation of Literature* (Hermans 1985) tem sido considerada algumas vezes como o ponto de união desta escola de pensamento. Nos últimos dez anos, o paradigma tem demonstrado o seu potencial de pesquisa com casos de estudo que vão desde o teatro finlandês à poética coreana e turca, à elaboração de conceitos teóricos e metodológicos (por exemplo, os das normas de tradução; ou a atenção para a historiografia da tradução) e a exploração de novos domínios como o da tradução na mídia. Além disso, outras pesquisas histórico-descritivas, tais como as desenvolvidas no Centro de Pesquisas de Tradução de Göttingen, tiveram como ponto de partida a 'Escola de Manipulação', embora tenham acrescentado detalhes metodológicos próprios. Em anos mais recentes, tendências tais como os estudos de gênero, pós-estruturalismo e estudos pós-coloniais, que tiveram origem em preocupações muito diferentes, abriram novas perspectivas para a tradução e trouxeram à tona várias facetas inerentemente problemáticas da orientação empírica. Mais adiante, falarei mais sobre isso. Não tentarei listar aqui todas essas abordagens, restringindo-me a alguns comentários sobre as asseções básicas e a apenas um ou dois aspectos metodológicos, especialmente em relação à questão das normas de tradução.

A 'heurística negativa' da abordagem empírica ou descritiva, ou sistemática consiste no desejo de evitar uma posição normativa. Não procura interferir no modo como os tradutores desenvolvem a sua tarefa. Embora aceite a ampla contextualização da tradução que descrevi acima, a abordagem empírica estabeleceu para si um objetivo diferente, que é o de adquirir *insight* sobre a natureza e a função da tradução como um fenómeno cultural e histórico. Isto significa que os Estudos de Tradução empíricos estão para a prática de tradução mais ou menos como as teorias lingüísticas e as gramáticas descritivas estão para a língua e o uso da língua, ou como a teoria literária e a história literária estão para a literatura. A maioria dos indivíduos relacionadas com esta abordagem da tradução têm algum tipo de vínculo institucional com os estudos literários, freqüentemente com os departamentos das universidades. Grande parte do seu ímpeto inicial teve origem nas perspectivas Formalistas e Estruturalistas da literatura e cristalizou-se na assim chamada teoria dos polissistemas formulada nos anos 70 por Itamar Even Zohar (1990). A literatura comparada é, em mais de uma forma, a morada natural deste tipo de estudos de tradução.

A abordagem empírica dos Estudos de Tradução, então, está menos interessada na avaliação das traduções individuais do que em tentar mapear e explicar exemplos de 'comportamento tradutório'. Estas explicações podem ser encontradas mais facilmente na cultura para a qual a tradução foi feita, e que provavelmente também iniciou o processo de tradução, i.e. o receptor ou cultura alvo. As perguntas primordiais são: quem traduz o quê, quando, como, para quem, em que contexto, com que efeito - e sempre, por quê?. Para encontrar respostas para estas questões é necessário considerar todos os estágios e aspectos do processo, desde a seleção até a recepção. É importante ter uma idéia dos textos que estão potencialmente disponíveis para traduzir em uma determinada situação, e observar qual a seleção que é feita - o que é incluído e o que é excluído. A não-tradução pode ser um aspecto significativo da tradução, e da política tradutória. Pode acontecer também que os textos em outra língua sejam importados de fora sem que sejam traduzidos, e isto tem que ser levado em consideração quando olharmos aquilo que foi traduzido. E como, quando, e para quem.

No que se refere ao verdadeiro processo de tradução, a abordagem empírica focalizou menos a operação mental de traduzir, que não se presta à observação direta, e mais ao

*input* e *output* da operação, i.e. a comparação entre textos fonte e alvo com vistas a determinar a natureza precisa da relação entre eles. Há alguns anos, muito tempo e esforço foi investido nas tentativas de vislumbrar modelos comparativos e descritivos que fossem tão abrangentes e intersubjetivos quanto possível. Foi aqui que o *Tertium Comparationis* e a noção de 'tradução adequada' levantaram suas cabeças e onde surgiram os dilemas '*top-down*' ou '*bottom-up*' - e também onde esta abordagem do estudo da tradução mostrou claramente a sua linhagem estruturalista e o seu sonho de transformar-se um dia em ciência verdadeira. No clima mais cético pós-estruturalista de hoje, acredito que chegou-se à conclusão de que tudo está no olhar daquele que contempla, e que, ao comparar dois textos, os pesquisadores visualizam e selecionam seus próprios critérios de relevância, dependendo da sua posição e do tipo de questão para as quais gostariam de encontrar respostas.

A comparação e a descrição são ótimas até onde elas podem chegar, mas, dificilmente, elas serão fins em si mesmas. Também não o é a avaliação das escolhas feitas pelos tradutores. Uma pergunta muito mais produtiva é aquela que questiona a motivação que está por trás das escolhas feitas pelo tradutor, por toda uma escola ou geração de tradutores, ou por tradutores de um certo tipo de texto. Isso significa inquirir no interior das prioridades e estratégias que determinaram a preferência por uma alternativa em detrimento de outra. É claro que escolhas individuais podem ser totalmente idiosincráticas e portanto imprevisíveis. Como poderemos saber quando os tradutores estão sendo deliberadamente idiosincráticos, quando estão reclamando da prática padrão, quando estão seguindo algum código ou conduta não registrado? Um caminho promissor para explorar esta questão está no conceito de 'norma traducional'. Se sabemos o que em determinada situação - i.e. em uma dada configuração sócio cultural - constitui a norma de tradução, então podemos entender até que ponto o comportamento do tradutor em casos individuais está de acordo ou se desvia da norma. Quando sabemos isto, podemos especular sobre suas razões para concordar ou discordar. É bem provável que estas razões tenham alguma relação significativa com a posição do tradutor em um ambiente social, como um agente em uma rede de relações materiais e simbólicas de poder. Em sua busca de explicações, os estudos empíricos de tradução têm uma tendência natural a movimentar-se em direção à sociologia da tradução.

A questão então é: como chegamos a conhecer estas normas? E a resposta é monástica: com dificuldade, através de estudo diligente. As normas podem ser entendidas como orientações internalizadas e mutuamente reconhecidas, que levam as pessoas a esperar que outras pessoas se comportem de determinadas formas, de acordo com noções particulares daquilo que aquela comunidade considera como adequado ou correto. Para reconstruí-las, podemos olhar tanto para modelos comportamentais (por exemplo, escolhas recorrentes feitas por vários tradutores em um corpus de tradução relativamente extenso), ou o discurso sobre comportamento (como prefácios do tradutor, revisão ou crítica da tradução), ou em ambos, i.e. nas relações entre a prática da tradução e sua metalinguagem. A imagem global, que chega a uma 'poética da tradução' constitui a base sobre a qual podemos projetar as escolhas e as decisões individuais do tradutor em situações específicas ou, em outras palavras, a estratégia de tradução. Ao mesmo tempo, as normas também determinam o que será considerado aceitável como tradução em uma determinada cultura; meios de processar e de transformar textos, que recairão fora do conjunto de normas consideradas pertinentes para a categoria 'tradução, podem ser designados por outro termo (paráfrase, imitação, glosa,..), mas não serão chamados de tradução. Neste sentido, as normas efetivamente fiscalizam as fronteiras do que uma cultura considera como 'tradução legítima'.

É justo ressaltar, no entanto, que o procedimento de descoberta, para o pesquisador, raramente será direto como pode parecer neste relato simplificado. Derivar uma 'norma de tradução' de escolhas individuais feitas por um tradutor, ou por um grupo de tradutores, é um empreendimento arriscado, já que o fato de que uma certa escolha tenha sido feita não nos diz nada sobre o porque de ter sido feita, e as razões podem ser complexas. Além de tudo, na maioria das comunidades culturais não apenas existirão normas mais fracas e mais fortes, e normas de vários níveis de aceitação social e durabilidade, mas também diferentes tipos de normas, que pertencem a diferentes esferas, e que podem ser conflitantes. Os tradutores, em face a normas, expectativas, orientações, pressões e exigências diferentes e conflitantes, parecem traçar o seu caminho através e ao redor destas várias pressões, de forma a salvaguardar seus próprios interesses da melhor maneira possível. Em outras palavras, as normas não são, de maneira alguma, aquelas que definem tudo na tradução: são apenas regras do jogo.

Indivíduos, ou grupos de indivíduos podem ser mais ou menos conscientes delas, podem interpretá-las de maneira diferente, podem decidir jogar à sua maneira e podem atingir objetivos específicos pelo fato de jogarem de uma forma ou de outra.

6.

Se uma perspectiva sociológica tão ampla da tradução não simplifica as coisas, ela tem, pelo menos, duas vantagens. Em primeiro lugar, ela reconhece que o tradutor é um ser social ativo e pensante, e não somente uma máquina decodificadora ou, na melhor das hipóteses, um servo com um bom dicionário. Em segundo lugar ela situa todo o complexo de regras traducionais dentro de um modelo maior de estruturas sociais e ideológicas. Isto torna a tradução um objeto de estudo mais interessante, mas há uma dimensão extra. Uma cultura constrói a imagem de si mesma em relação ao que está fora de si mesma - em relação ao Outro. A tradução, então, se constitui naquele domínio de estudo privilegiado onde podemos observar uma cultura em confronto com o Outro, e não mesmo gesto, transformando o Outro em seus próprios modos e categorias. Neste sentido a tradução nos fornece uma janela aberta sobre a identidade cultural e a auto-definição. E o faz principalmente através do conceito de normas. Se uma determinada cultura considera uma outra como inferior, ou como superior, (raramente como igual, podemos afirmar), ou sob uma combinação complicada das duas, as normas e práticas traducionais com as quais atua nos apresenta a evidência da sua auto-imagem. As normas da tradução prescrevem amplamente aquilo que deverá ser selecionado, a maneira como o material deverá ser tratado, e como ele deverá ser recebido.

Mas se o processo de tradução é regido por normas, sobre as normas de quem estamos falando em um ramo empírico e não-normativo dos Estudos de Tradução? E se os conflitos de normas resultam em produtos híbridos, podemos permitir que isto aconteça? Podemos permitir que os tradutores façam tolices? Uma resposta direta seria: sim, é claro - porque as normas traducionais não pertencem aos pesquisadores. Enquanto o trabalho do pesquisador é regido pelas normas e regras acadêmicas da disciplina com a qual ele está envolvido, as normas de tradução que o pesquisador está tentando

identificar e analisar operam no nível do objeto de estudo. A diferença é aquela existente entre o nível do objeto e meta-nível do objeto.

Isso, no entanto, tem uma ou duas implicações problemáticas. Significa, por um lado, que as traduções feitas com base nas regras e conceitos traducionais diferentes daquelas que prevalecem no mundo de hoje e que, portanto, o pesquisador tende a aceitar como corretas, são, apesar de tudo, traduções. A questão aqui é que, se tentarmos dar uma definição ou circunscrição não-normativa, não-prescritiva do que é a tradução, não poderemos realmente basear esta definição em aspectos imanentes ou essencialistas. É difícil delimitar a noção de tradução em um sentido absoluto ou a-temporal sem uma intervenção fortemente normativa. De uma perspectiva semiótica, não há uma linha divisória clara entre a tradução no sentido interlingüístico convencional e as operações intralingüísticas ou intersemióticas que envolvem a passagem de um signo de um sistema para outro. A solução adotada nos Estudos de Tradução empíricos tende a afirmar que a categoria 'tradução' é dependente da cultura e, portanto, relativa. Diferentes culturas circunscrevem e organizam o campo da tradução de diferentes maneiras. Em verdade, como salientei anteriormente, as normas estão entre os primeiros instrumentos com as quais as culturas, ou sub-seções de culturas, definem e delimitam o campo da tradução, porque marcam a fronteira entre o que é, e o que não é aceito como tradução legítima (ou adequada). É tarefa do pesquisador explorar a extensão e a organização interna deste campo.

Onde tudo isto deixa o conceito de equivalência? Se tradução não é uma categoria mas um produto cultural, o que acontece à equivalência? Na abordagem tradicional, como vimos, a equivalência define a tradução. Somente o texto-alvo que pudesse demonstrar de alguma forma possuir uma quantidade suficiente de equivalência, do tipo certo, poderia ser chamado de tradução. Nas últimas décadas, a noção tem sido progressivamente deixada de lado. A equivalência 'dinâmica' ou 'comunicativa' ou 'funcional' foi contrastada com a equivalência 'formal', diferentes tipos de equivalência foram distinguidas como sendo apropriados em diferentes circunstâncias, etc. Na abordagem empírica o conceito não desapareceu. No *Encyclopedic Dictionary of Semiotics* (1986) de Thomas Sebeok, por exemplo, Gideon Toury oferece uma

'perspectiva cultural-semiótica' da tradução que posiciona claramente a 'equivalência' em relação ao processo transformativo:

Traduzir é um ato (ou processo) efetuado (ou que ocorre) sobre e através das fronteiras sistêmicas. No mais amplo de seus sentidos ele é uma série de operações, ou de procedimentos, pelo qual uma entidade semiótica, que é um elemento constituinte de um certo (sub)sistema cultural, é transformada em outra entidade semiótica, que forma pelo menos um elemento potencial de outro (sub)sistema cultural, desde que algum núcleo informacional seja retido 'invariante sob transformação', e sobre esta base uma relação conhecida como 'equivalência' seja estabelecida entre as entidades resultantes e iniciais. (Toury 1986).

O argumento é, falando em termos gerais, que se uma determinada situação o texto A é visto como uma tradução do texto B, então concordamos em chamar a relação de equivalência. Em outras palavras, o termo tem sido reduzido para um pouco mais do que um rótulo vazio.

O rótulo necessita ser preenchido olhando em cada caso para a natureza precisa da relação. Isso nos reporta à noção chave de normas traducionais como um instrumento metodológico. Já que a operação cultural chamada tradução é regida por normas, e as normas fiscalizam os perímetros da tradução, elas determinam amplamente qual o tipo de relação textual entre o texto-fonte e texto-alvo deverão encontrar, i.e. que tipo de 'núcleo informacional' uma cultura em particular desejará ver mantida 'invariante' (seja qual for o sentido preciso que o termo recebe em uma determinada língua ou cultura) no processo de transformação. Eles nos permitem também medir a distância, se é que ela existe, entre a expectativa coletiva e a enunciação individual. De que maneira as normas dão substância ao rótulo vazio 'equivalência'. Apresentado de outra forma: equivalência é uma consequência da tradução, não a sua condição prévia. E isso, por sua vez, permite às traduções, agora como antigamente, produzirem constantemente a ilusão da equivalência - pois isso é o que a prática da tradução, tanto histórica como contemporânea, mais realiza. A ironia, é claro, é que, quanto mais nós analisamos e detalhamos a equivalência, mais achamos que ela não consiste em nada mais do que diferença. Mas isto é apenas um dos profundos paradoxos da tradução com os quais temos que conviver, e que explicam o fascínio do tema.

Há outros paradoxos como este, incluindo alguns que chegam a representar uma ameaça para as aparentes certezas de todo o trabalho empírico. Ao observar o campo da tradução em uma cultura distante - distante no tempo, no lugar e na ideologia - os pesquisadores, inevitavelmente, projetarão o conceito de tradução de seu próprio tempo, lugar e língua sobre o novo domínio e o usarão como ponto de partida. O que uma cultura chama de 'literatura', por exemplo, não possui equivalente exato na sociedade européia do século dez, ou entre os esquimós, ou no Alasca. Se, no entanto, quisermos estudar os produtos culturais que funcionam nestas culturas de alguma maneira ou de outra, comparável com o que chamamos de 'literatura', não temos outra opção a não ser explorar a possibilidade de que exista algo parecido naquelas comunidades com a nossa categoria 'literatura' e, subsequente, partir daí para mapear as várias práticas, junto com suas metalinguagens em torno delas, e então pensar em ampliar os círculos. A exploração do domínio da tradução em culturas distantes não é diferente desta prática essencialmente etnográfica e fortemente interpretativa. E é importante lembrar que tal procedimento se aplica à maioria das investigações históricas e que ele invariavelmente insere os próprios preconceitos e historicidades do tradutor. Que esses são determinados, no que concerne ao conceito de tradução do pesquisador, pelas normas traducionais na própria cultura do pesquisador, pode servir para lembrar que a separação entre o nível-objeto é mais dificilmente delimitado do que gostaríamos de acreditar. Quando temos que traduzir em nossos próprios termos um conceito de tradução radicalmente diferente daquele que possuímos, só podemos fazê-lo lançando mão das nossas próprias categorias de tradução.

7

Este é um pensamento inquietante, mas que a lógica da pesquisa impõe sobre cada estudante e pesquisador de uma forma ou de outra. Recentemente, como costuma acontecer, várias questões igualmente desafiadoras foram introduzidas por muitos departamentos novos no campo dos Estudos de Tradução. Permitam-me concluir este levantamento superficial de alguns modos atuais de pensar sobre a tradução com algumas palavras sobre o Pós-estruturalismo, Estudo de Gênero e Teoria Pós-colonial.

A tradução tem-se mostrado como uma grande ameaça, no pensamento deconstrutivista e pós-estruturalista, particularmente o de Derrida, porque todo o seu trabalho filosófico está baseado e, de forma bastante precária, na tradução.

As relações e transições entre o conceito e a palavra, entre a palavra cotidiana e o termo filosófico dentro da língua, entre enunciações em diferentes línguas são seguidamente ameaçadas por paradoxos e impossibilidades. Em cada caso, Derrida questiona a noção de um conteúdo invariante, o qual, para ser transportado intacto de um significante para outro, teria que pressupor, de alguma maneira, a sua existência independentemente de sua formulação e, portanto, da língua. Dada a crítica de Derrida ao conceito lingüístico de significado, e à sua própria preferência pela operação da 'différance' como a constante regressão e dispersão do significado para novos textos e redes textuais, é, sobretudo, a natureza fundamentalmente problemática da tradução que é enfatizada nesta perspectiva.

Também na prática, muitos dos comentários de Derrida sobre assuntos de tradução enfocaram casos de intradutibilidade. O jogo de palavras e a polissemia, por exemplo, são exemplos onde a economia de linguagem explora um idioma específico não sendo possível repeti-lo, portanto, em um outro idioma.

Obviamente, os textos do próprio Derrida, são ricos neste tipo de jogos de palavras. Em 'Living On: Borderlines' ele chega mesmo a desafiar o seu tradutor a encontrar uma maneira de lidar com os inúmeros trocadilhos franceses do texto. Assim como os trocadilhos têm tradicionalmente sido registrados como sendo um fenômeno marginal que resiste à sistematização, também os textos multilingues são incompatíveis com as visões padronizadas de homogeneidade das línguas e das culturas. Novamente Derrida escolhe exemplos que resistem à tradução porque envolvem mais do que uma língua (como na expressão 'And I war', de Joyce) ou porque eles estão localizados na periferia do sistema da língua (como no caso dos nomes próprios). Um tipo diferente, mais institucional de intradutibilidade refere-se aos casos onde uma língua em particular é afirmada, ou, como diz Derrida, é remarcada. Um caso em questão é o capítulo final de *Discourse de la méthode*, onde Descartes nos diz (em francês) que escreveu seu livro em francês, e não em latim - apresentando ao tradutor do latim a perspectiva de declarar em

latim que o livro não é em latim (ao invés disso, ele omitiu a frase). Em todos esses casos, a intradutibilidade aparece como algo do que não podemos e, paradoxalmente, como um desafio, já que, na visão de , é justamente essa falta de evidência ou essa dificuldade ou impossibilidade de tradução o que provoca a atenção do tradutor , e clama por tradução (cf Graham 1985;Gentzler 1993).

Nas reflexões mais substanciais sobre tradução , o ensaio '*Des Tours de Babel*'( in Graham 1985), Derrida parafraseia, expõe e complementa o texto quase místico de Walter Benjamin *A Tarefa do Tradutor* (1923) e, durante o processo, o 'traduz' no espírito de Benjamin dando-lhe uma 'sobre-vida' e permitindo sua 'fruição' para alcançar outro estágio - enquanto comenta, de fato, a tradução francesa do ensaio de Benjamin. O que a atuação paradoxal de Derrida demonstra, no entanto é a profunda cumplicidade entre o nível-objeto e o meta-nível, a natureza ilusória da separação estrita entre a língua do tradutor e os diferentes discursos sobre tradução. As implicações de tal prática para aqueles que pretendem produzir discursos acadêmicos ou críticos sobre tradução são de longo alcance. Da mesma forma, a preocupação com a possibilidade ou a impossibilidade da tradução , no sentido institucional, lingüístico ou filosófico, demanda uma reconsideração urgente das próprias fundamentações da teoria da tradução.

As outras duas linhas de pensamento que têm lançado nova luz sobre a tradução, os estudos de gênero e a teoria pós-colonial, são mais de natureza ideológica. Os estudos de gêneros têm, primordialmente, se preocupado com o que poderia ser chamado de 'construção cultural' da tradução, como aparece, por exemplo, na posição social dos tradutores, e especialmente das mulheres tradutoras, e na maneira como a metalinguagem histórica da tradução segue uma tendência bem específica. É impressionante como a totalidade da tradição ocidental tem descrito virtualmente a relação entre os originais e as traduções em termos matrimoniais, a tradução assumindo o papel de esposa obediente e respeitosa. As traduções foram - e continuam sendo - avaliadas pela sua lealdade e fidelidade , desde que permaneçam subservientes ao chefe da casa. As traduções, como as mulheres, têm se encontrado de forma consistente na metade mais baixa das hierarquias de poder expressas em tais oposições como aquelas entre o trabalho criativo e reprodutivo, original e derivado, arte e habilidade, primário e secundário, livre e limitado , ativo e passivo, dominante e obediente, liderando o

caminho, seguindo, falando em seu próprio nome e falando em nome de alguém mais. E exatamente como os homens casados mantêm seus nomes e mulheres casadas adotam o nome de seus maridos, supõe-se que os tradutores também devam desaparecer, nome, voz, personalidade e tudo o mais por trás de seus autores. Socialmente, também, a conexão se faz presente, como as mulheres eram freqüentemente tomadas como melhores tradutoras, precisamente porque elas eram consideradas incapazes de uma expressão ou de um pensamento crítico original ( Godard 1990; Chamberlain 1992; Stark 1993).

A teoria pós-colonial partilha uma preocupação política e ideológica clara e uma projeção histórica com os estudos de gênero, enquanto ambos têm uma descrença na retórica sedutora de nossos discursos dominantes, e uma relutância em continuar a pensar em termos binários simplistas. Mas a teoria pós-colonial enfatiza o impacto e a significação da tradução, o uso feito da mesma não só como construção textual do 'Outro' mas como um instrumento para ampliar a dominação. A tradução opera no contexto das relações desiguais entre culturas e pela apropriação de bens culturais estrangeiros e a sua transformação em discurso da cultura hegemônica torna-se conivente com esses poderes, entrelaça-se nessa teia de cumplicidade, e, efetivamente nega a diferença cultural do Outro.

É com base nessa posição que Tejaswini Niranjana, por exemplo, critica diretamente o projeto de Gideon Toury de estudos descritivos de tradução como uma ciência empírica, afirmando que "a ciência empírica" da tradução adquire vida através da repressão das relações assimétricas de poder que informam as relações entre as línguas" (Niranjana, 1992). Essa é uma crítica que tem mais conteúdo do que pode parecer à primeira vista. Parece-me que não se trata simplesmente do fato de que ela desvalorize alguns aspectos dos estudos empíricos, mas por prestar muita atenção ao fato de que a tradução está sempre vinculada às relações de poder - como testemunham os trabalhos de André Lefevere, Maria Tymoczko, Saliha Paker, Theresa Hyun. Trata-se, então, que tendo origem, como tem, em posições comprometidas politicamente, ela amplia as implicações políticas e ideológicas do discurso acadêmico sobre tradução e, na verdade, de qualquer discurso. Nem a prática da tradução nem as meta-linguagens histórica ou contemporânea da tradução são neutras.

Esta é uma visão com a qual aqueles envolvidos em estudos de gênero provavelmente concordarão. Afinal, as metáforas históricas da tradução não são fundamentalmente diferentes do jargão acadêmico moderno. E assim como o pós-estruturalismo tem questionado as divisões entre escrita criativa e crítica, entre textos e meta-textos, também tem deliberadamente eliminado as distinções entre tradução e outras formas de escrita e re-escrita, inclusive formas de escrita reflexiva e crítica. O pesquisador, em outras palavras não pode ficar alheio e fingir não estar envolvido. Os pesquisadores, acadêmicos e os estudantes de tradução fazem parte do mundo que estudam, seus conceitos sobre a tradução inteferem e alteram, inevitavelmente ,os seus objetos de estudo, e tanto os tradutores como os observadores ficam presos às estruturas lingüísticas, institucionais e ideológicas.

E esta foi a questão com a qual dei início a esta exposição: somente podemos falar tomando como base a nossa própria posição específica na área. O problema é descobrir quantos são os jogos que estão sendo jogados.